

**HABEAS CORPUS Nº 507.634 - DF (2019/0123004-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : WALDIR JOSÉ DOS SANTOS (PRESO)  
**PACIENTE** : IVANILDO DE LIRA GOMES (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. UTILIZAÇÃO DO HISTÓRICO CRIMINAL PARA NEGATIVAR OS ANTECEDENTES, A CONDUTA SOCIAL E A PERSONALIDADE. ILEGALIDADE CONFIGURADA. REDUÇÃO DAS PENAS-BASE DOS PACIENTES. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do *writ*, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. A dosimetria da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.

3. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que *eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente* (EAREsp 1.311.636/MS, de minha relatoria, DJe 26/4/2019).

4. No caso, as penas-base dos pacientes foram exasperadas

com fulcro nas circunstâncias do crime e no desvalor dos antecedentes criminais, que foram utilizados para negatar outras três circunstâncias judiciais, quais sejam, os antecedentes, a conduta social e a personalidade dos agentes. Nesse contexto, revela-se inidônea a negatuação dos vetores *conduta social* e *personalidade*, remanescendo, como aptos ao incremento das penas-base, apenas as *circunstâncias do crime* e os *maus antecedentes*, motivo pelo qual as penas dos pacientes comportam redução, em patamar proporcional.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício para reduzir as penas dos pacientes.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder "Habeas Corpus" de ofício, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator